

■ ARTIGOS

■ Ensino de línguas no CIL: A política pública como patrimônio ou sobre como ele me faz tão bem

 Juscelino da Silva Sant'Ana *

Resumo: Os Centros Interescolares de Línguas são unidades escolares da rede pública de ensino do DF com objetivo precípua de ensinar língua estrangeira. Pela qualidade dos resultados que têm entregue ao longo de 45 anos no Distrito Federal, os CILs sempre recebem manifestação de apreço e gratidão, marcas da valorização dessas instituições. Este artigo tem como objetivo verificar se essa política pública encontra no conceito de patrimônio (abarcando as dimensões de história, pertencimento e identidade) as características que a alce à categoria de patrimônio. Após a discussão sobre o conceito de patrimônio e suas categorias (memória, identidade e pertencimento), é possível admitir que eles são, na percepção de sua comunidade, verdadeiros patrimônios do DF. O levantamento de dados foi feito por meio de entrevista a vários membros da comunidade de CIL. Os dados foram validados na medida em que se tornavam recorrentes nas respostas dos participantes. Assim, os dados recorrentes foram suficientes para se formar um juízo indiciário do impacto positivo que essa rede de escolas tem na comunidade do DF. As escolas cumprem requisitos de identificação, memória e pertencimento.

Palavras-chave: CIL. Patrimônio. Ensino de Línguas. Memória. Identidade. Pertencimento.

* Juscelino da Silva Sant'Ana é mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (2005) e doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2017). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7127417703704558>. Contato: ilma.juscelino@gmail.com.

Nota do autor: Agradeço à professora Cláudia Núbia Basílio, ao professor Ivo Marçal Vieira Júnior, à professora Maria Lúcia Cruz Silva e ao professor Wagner Santana pelas importantes contribuições, amadurecimento de ideias e sugestões no desenvolvimento deste artigo e da pesquisa relatada.

Introdução

Ao completar 60 anos, Brasília consolida uma política modelo no ensino público de línguas no país, pela publicação das Diretrizes Pedagógicas dos CILs¹. Trata-se de um projeto bem sucedido, com lastro histórico de 45 anos operando no Distrito Federal, conhecido como Centro Interescolar de Línguas (CIL). Atualmente, o segmento conta com 17 unidades espalhadas por todo o Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2019).

Ao nos referirmos dessa forma a essa política, parece que o caminho foi mais suave do que o que realmente a história nos conta. Para chegar até esse ponto, entretanto, os CILs e seus profissionais enfrentaram oposições e percalços em seu estabelecimento (DAMASCO e WELLER, 2017; SANT'ANA, 2010). O primeiro marco institucional na história desses centros é que eles não foram resultados de uma política pública estruturada, planejada e implementada por governo, conforme registra Sant'Ana (2010).

A experiência dos CILs no Distrito Federal (DF) para se estabelecerem como uma política pública que fortalece o ensino de línguas nesse ente federativo e a importância a eles atribuída por pesquisadores (DAMASCO, 2014; SANT'ANA, 2017), professores, estudantes e a comunidade em geral, chamam a atenção para investigarmos se essa política se caracteriza como um patrimônio da sociedade do DF.

O conceito de Patrimônio é ambíguo, polissêmico e socialmente construído (cf. ZANIRATO, 2018). Zanirato (2018) faz um levantamento de duas categorias de significação de patrimônio – por ativação e por pertencimento. Por ativação, entende-se o reconhecimento do patrimônio que depende dos poderes políticos segundo Prats (citado por ZANIRATO, 2018). O patrimônio reconhecido por pertencimento está ligado ao “desejo individual ou coletivo de se identificar com um lugar, um objeto, uma prática ou uma história” (ZANIRATO, 2018, p. 23). Neste artigo, o termo patrimônio é tomado no sentido dado pela noção de pertencimento. Assim, não serão averiguadas instâncias formais, institucionais ou políticas na aceitação da política em questão como patrimônio. Antes, a apreciação da questão colocada neste trabalho será verificada a partir de como membros da comunidade dos CILs compreendem e aceitam essas instituições.

O objetivo deste artigo, mais provocativo do que conclusivo, é verificar se essa política pública encontra no conceito de patrimônio (abarcando as dimensões de história, pertencimento e identidade) as características que a alce à categoria de patrimônio. Para isso, foi feito um levantamento junto a membros da comunidade dos CILs sobre a relação deles com as respectivas instituições. Vejamos a seguir.

1. Sobre o conceito de Patrimônio

O conceito de patrimônio está relacionado fundamentalmente a três outros conceitos: memória, identidade e pertencimento (PINTO, 2016; CARDOSO *et al.*, 2017). À memória atribui-se um senso de temporalidade e de resgate do passado; o conceito de identidade, em seu sentido patrimonial, tem um caráter coletivo e relacional; o pertencimento associa-se à noção de lugar ou comunidade. Esses conceitos são apresentados a seguir para fundamentar a análise dos dados coletados junto a membros da comunidade escolar de CIL a fim de compreender se essa política de ensino de línguas guarda os traços do caráter patrimonial de um bem público.

1.1 Memória

O conceito de patrimônio está essencialmente associado ao de temporalidade. Para Pinto (2016, p. 22), “a essência dos objetos patrimoniais diz respeito ao passado”. A autora explica que o patrimônio tem uma história. A memória ancora lembranças, afetividade e valores. Ela, portanto, está relacionada ao indivíduo e ao coletivo. O indivíduo guarda e transmite memórias de um tempo, instituição ou povo/nação. Pinto (2016) sustenta que a memória resgata o que é significativo pessoal ou coletivamente. “No que diz respeito à contemporaneidade, patrimônio agrupa pessoas, acontecimentos e coisas de quem fala e ouve [...]” (ARARIPE, 2004, p. 114). Ela resgata uma representação simbólica do passado (PINTO, 2016).

Essa representação atribui um valor patrimonial à memória. Lembranças, afetividades e valores, em conjunto, cooperam para a criação de um lastro coletivo de valorização de um objeto que poderá vir a ser patrimônio de uma dada comunidade. A memória afetiva, segundo Alves (2017, *s/p*), “pode ser considerada como uma construção ou como uma ficção de algo já vivido e que está sempre ancorada em bases concretas”. No caso da política pública, as experiências vividas no ensino da língua podem ser determinantes para a formação de uma memória afetiva construtora de um ideal patrimonial. Isso poderá ser confirmado na análise dos dados em seção própria.

1.2 Identidade

O conceito de identidade, quando atrelado ao de patrimônio, tem um caráter relacional (VIANNA e TEIXEIRA, 2008). Isso significa que a identidade, nesse caso, se constrói em relação ao outro, ao meio e às condições de interação social (GALINDO, 2004). A identidade se dá pela construção relativa ao outro. Pinto (2016, p. 21) explica que

[...] a noção de identidade, o “eu”, pressupõe a noção de “outro”. A identidade tem, por isso, uma qualidade simultaneamente diferenciadora e relacional, pois o “eu” pode relacionar-se com vários “outros”, o que permite também a noção de identidade coletiva: identificar o grupo “nós” em relação com o grupo “eles” [...]

Esse “outro” de que nos fala Pinto pode ser uma construção coletiva. “A representação da identidade coletiva está intimamente relacionada com outras identidades coletivas de forma diferenciada, tendo conhecido mudanças ao longo dos tempos [...]” (p. 22). Assim, uma dada comunidade pode intuir diferenças em relação a outros grupos que mantêm algum tipo de relação com o grupo de pertencimento. No caso de instituições como os CIL, seu “outro” podem ser instituições que também atuam no ensino de línguas.

Nesse sentido, Pinto (2016, p. 21) afirma que “quando falamos de identidade dos indivíduos de outros grupos, referimo-nos às propriedades que os tornam diferentes dos outros num quadro de referências concreto.” A diferenciação se manifesta em organização institucional, condições de oferta do ensino entre outros elementos. Retomamos esse aspecto na análise dos dados.

1.3 Pertencimento

O sentido de pertencer invoca a memória afetiva e a ligação com um lugar ou uma comunidade. Cardoso e seus colaboradores aludem a esse aspecto do conceito ao argumentarem que

Numerosas são as definições das relações de pertencimento, no que tange a esfera comunitária, lugar e sentimento de pertencer à [sic] algo. Para Freitas (2008) o sentimento de pertencer a um grupo e lugar mantém a coesão comunitária, de tal modo que entrelaça o lugar, a população e o pertencer. (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 89).

A coesão comunitária remonta a vínculos (afetivos ou históricos) à instituição. Assim, o sentido de pertencer também evoca a vontade de participar da comunidade, conforme explicam Guizardi e Cavalcanti:

Tradicionalmente, o vínculo, o sentimento de pertencer às instituições, é mobilizado como desejo de participar do que nos parece ser um movimento circular, de reconhecimento identitário, que se fecha em um circuito estrito, no qual são delimitadas determinadas referências de identidade, que não se revelam disponíveis para processos capazes de produzir diferenciação. (GUIZARDI e CAVALCANTI, 2010, p. 1255)

Nesse caso, ainda segundo os mesmos autores, a noção de pertencimento se diferencia da de identidade no sentido de que a identidade estabelece fronteiras e diferenciação do outro, enquanto o pertencimento

produz vínculos institucionais. Há, dessa forma, duas orientações perceptíveis nesse contraste. Uma se efetiva por reportar-se apenas aos iguais, em uma criação de relações internas. A outra estabelece a diferença como externalidade, isto é, em relação ao outro (GUIZARDI e CAVALCANTI, 2010, 1256).

O pertencimento, portanto, estabelece vínculos de natureza variada. Esses vínculos podem se estabelecer pela afetividade ou memória, mas também podem ser classificados por sua relação de igualdade (vínculos internos) pela relação de diferenciação (externalidade) do outro. Vejamos como essa construção é verificada nos CILs.

2. Centro Interescolar de Línguas: política pública

Já indicamos, na seção introdutória deste artigo, que os CILs não são fruto da ação institucional intencional e cuidadosa. “O funcionamento do CIL não tinha parâmetros de uma estrutura pública de ensino de línguas. Assim, a influência da escola privada foi evidente no âmbito pedagógico e na gestão da escola.” (SANT’ANA, 2010, s/p). Esse é um dado fornecido por um participante de uma pesquisa realizada por Sant’Ana (*idem*). O autor conclui que

(...) podemos considerar que os CILs nascem de uma política pública informal, na medida em que essas políticas surgem de “demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior” (Cunha & Cunha, apud AHLERT, 2004) e da necessidade dos atores diretamente envolvidos pela profissão ou pela necessidade de um serviço público que o estado não atende a contento, a saber, uma estrutura insuficiente para que se ofereça ensino de línguas com qualidade. (SANT’ANA, 2010, s/p)

Damasco (2017, p. 45) também aponta para as dificuldades enfrentadas por essas instituições para provar seu valor ao afirmar que “os oito CILs que surgem no DF entre 1974-1998 afirmam-se como instituições de qualidade de ensino, apesar de inúmeras iniciativas de enfraquecimento dessa rede de ensino ao longo desse período de tempo.” (grifos nossos).

Além disso, o autor intui que esses centros têm desempenhado uma importante função social: “No campo social, os CILs representam para os moradores de cidades satélites uma grande oportunidade de ascensão social no coração da República.” Essa intuição tem sido confirmada por diferentes meios. Para citar um deles, em levantamento de dados ainda inédito (SANT’ANA, 2020), alguns depoimentos registram trajetórias pessoais impulsionadas pelo CIL e suas contribuições em experiências de sucesso e de crescimento.

O lançamento das Diretrizes Pedagógicas dos CILs (DISTRITO FEDERAL, 2019) é mais uma indicação do fortalecimento dessas instituições como parte de uma política de ensino de línguas rara no país. As

Diretrizes asseguram o funcionamento e a organização pedagógicas dessas instituições. A função social dos CILs consiste em

(...) democratizar a oferta especializada e o acesso à aprendizagem e à aquisição de línguas estrangeiras, assim como promover a formação integral dos estudantes por meio da ampliação do seu universo cultural sob os preceitos contidos numa educação que corrobora os direitos humanos, a sustentabilidade, a cidadania e a autonomia. (DISTRITO FEDERAL, 2019, p. 19)

A declaração de que é função social dos CILs democratizar a oferta à aquisição de línguas estrangeiras remonta às origens dessas escolas. Sant'Ana (2010) apresenta registros levantados na década passada de que essas escolas cumprem essa função na medida em que vários egressos das instituições de origens de classes socioeconômicas e poucas condições financeiras para sustentar acesso ao ensino de línguas têm tido a chance de adquirir outras línguas em cidades do entorno do centro de Brasília. Sobre essas instituições, apresentamos a análise de dados a seguir.

3. Análise de dados

Os dados apresentados nesta seção foram coletados a partir de entrevistas cedidas por membros da comunidade dos CILs, isto é, pessoas que mantêm relação direta com essas instituições, como professores ou estudantes. O critério de validação dos dados se dá pela triangulação de dados recorrentes na fala dos participantes, que não se conhecem pessoalmente ou que não têm ciência de outros entrevistados e do teor de suas declarações.

Indicamos que parte dos dados foi retirada do *corpus* levantado por Sant'Ana (2020), cujos resultados serão publicados brevemente. Outra parte do *corpus* foi tomada de arquivos pessoais ou institucionais de membros e ex-membros (alunos egressos) da comunidade de CIL. As entrevistas foram feitas de forma aleatória de modo que os entrevistados não tiveram contato entre si durante as entrevistas. A seleção de dados foi submetida à triangulação com o fim de serem considerados válidos os dados recorrentes. Foram consideradas três categorias (Memória, Identidade, Pertencimento) cotejadas ao final para verificar os traços dos componentes do conceito de patrimônio identificados nos CILs.

Como o objetivo deste artigo é verificar se essa política pública encontra no conceito de patrimônio (abarcando as dimensões de história, pertencimento e identidade) as características que a alce à categoria de patrimônio, cotejamos as respostas a fim de saber se pontos de convergência que reportam a aspectos de memória (dimensões históricas), elementos de pertencimento (vínculos afetivos) e de identidade

(vinculação por aproximação - vínculo interno - ou de diferenciação - relação de externalidade). Com esse procedimento, pretendemos verificar se os CILs apresentam pontos na comunidade que os identifiquem como um patrimônio por pertencimento, isto é, se é possível registrar o desejo de se identificar com os CILs (ZANIRATO, 2018).

A análise está dividida em seções. Na primeira seção, é apresentada análise sobre memória; na segunda, sobre identidade; na terceira, pertencimento. Após a análise das três categorias, são apresentadas as considerações que respondem ao questionamento central da pesquisa expresso no objetivo do artigo.

3.1 Memória

Memória é um termo que diz respeito ao passado, como já indicado anteriormente. Ela se relaciona ao sentido de temporalidade, conforme aponta Pinto (2016). Ela resgata, portanto, uma representação simbólica do passado. Esse sentido já está impresso nas Diretrizes Pedagógicas dos CILs em que se admite sua função histórica e original de democratizar o acesso ao ensino de línguas. Além disso, vários membros da comunidade escolar afirmam essa temporalidade.

O sinal de temporalidade pode ser visto sob dois aspectos, pelo menos: o pessoal (história da própria vida) e o institucional (história da instituição). Observemos o excerto 1.

Excerto 1

Duda – O que que é o CIL X pra mim? Pra mim, ele representa muita coisa. Porque, *pra minha história de vida*, ele teve um papel muito importante, que foi me mostrar que eu era capaz de aprender.

Nesse excerto, Duda², ex-aluna da instituição e atualmente professora de inglês em uma dessas escolas, aponta a influência do CIL em sua história de vida. No caso dela, a mudança histórica está relacionada a empoderamento pessoal, a fortalecimento de sua autoestima. Pinto (2016) sustenta que a memória resgata o que é significativo pessoal ou coletivamente.

Podemos verificar o mesmo sentido na declaração do Professor João:

Excerto 2

Professor João – Bem, o CIL X, pra mim, foi um *divisor de águas*, né. [...] A partir do CIL X, abriu muitas oportunidades para mim, né: pelo fato de... de eu falar outros idiomas, né, a questão de emprego, né, mais fácil [...]

A ideia de que o CIL foi *um divisor de águas* indica

a influência da instituição em sua história de vida. Foi no CIL que o Professor João pôde encontrar um meio para conseguir melhores empregos e se tornar, posteriormente, um professor de língua acolhido na mesma instituição.

Outra professora também apresenta reconhecimento da importância do CIL na sua história de vida ao declarar que no CIL se realizou a oportunidade de aquisição de uma língua estrangeira (LE), inacessível para suas condições socioeconômicas.

Excerto 3

Mina – O CIL X significa muita coisa. O *sonho* de aprender um idioma foi conquistado aqui. Para quem vem de escola pública, o CIL X é uma fábrica de realização de sonho. *Curso de idioma é muito caro*, a gente não tem como pagar.

O público-alvo dos CILs são prioritariamente estudantes da rede pública de ensino do DF (DISTRITO FEDERAL, 2019). Mina resgata, portanto, o sentido histórico da instituição, conforme indicado na função social desses centros especializados, ao indicar representativamente o público que frequenta essas escolas. Tomamos esse dado como um elemento indiciário desse valor percebido na comunidade. Araújo Neto (2005, p. 37) explica que “índice é uma variável cuja variação pode ser correlata a outros fenômenos. Assim, como fumaça é índice de fogo, formigamento no braço esquerdo é de infarto iminente.”

Na esteira de Araújo Neto (2005), interpretamos que esses registros indicam que os CIL representam uma oportunidade de ascensão social e de fortalecimento pessoal ao longo da história, conforme já registrado por Sant’Ana (2010). A memória, vista em sua configuração social, com a contribuição de cada indivíduo, constitui uma representação simbólica do passado nesses dois planos (social e individual). Os dados apontam que essa representação é reconhecível em situações concretas analisadas. Vejamos, agora, como isso se dá com relação à identidade.

3.2 Identidade

Indicamos na seção própria que o conceito de identidade é relacional, isto é, o fenômeno se dá em relação ao “outro” (PINTO, 2016). No *corpus* acumulado neste trabalho de pesquisa, há várias instâncias que indicam o processo de identificação dos membros da comunidade com suas instituições. Duda, por exemplo, apresenta sua identificação com a escola em duas frentes: no reconhecimento da importância do CIL em sua história de vida, já visto na seção anterior; a outra frente diz respeito à comparação entre os CILs e as escolas regulares.

Excerto 4

Duda - quando eu vim estudar no CIL X, eu era uma aluna que tinha dificuldades na escola. E eu interpretava essas dificuldades como uma falha minha. Eu achava que eu não era boa em aprender, que eu era uma pessoa que tinha dificuldades em aprender. E quando eu vim pro CIL X, eu aprendi muito facilmente o inglês e eu cheguei à conclusão de que não era só... de que o aprender não era uma responsabilidade só minha, que o jeito que a sala de aula era, o jeito que a aula era feita ajudava muito ou atrapalhava. Então, pra mim individualmente, foi um lugar que me despertou pra entender melhor como que essa coisa de aprender funcionava e isso *abriu várias portas* para que eu melhorasse na escola, pra que eu aprendesse mais não só o inglês, mas em outras questões também.

A comparação de Duda remete a diferenças de caráter pedagógico, por um lado, e pessoal, por outro. O caráter pedagógico concerne à maneira como se ensina na escola regular. É interessante notar que a professora não se restringe ao ensino de línguas, pois ela menciona *dificuldades em aprender*. Essa interpretação é confirmada quando ela abarca a melhora *não só o inglês, mas outras questões* [disciplinas] *também*. O método de ensino é parte amparada pela política pública, seja pelas condições ofertadas, seja por orientações pedagógicas adotadas pela comunidade da instituição. Retomando Pinto (2016), a construção da identidade coletiva refere-se a propriedades que tornam os indivíduos ou a comunidade diferentes dos outros num quadro concreto de referências.

Duda aponta um traço que diferencia o grupo ou a comunidade do CIL em relação ao outro. Esse é o mesmo sentido apontado por Mina:

Excerto 5

Mina - Ah, tanto de recurso pra gente trabalhar... o tanto de apoio... o que você precisar tá ali na direção, tá aqui [na sala de coordenação] né. Eu passei 8 anos lá no regular. Aí, lá a gente é liberada de material... liberada de material. Aqui, olha só a riqueza, entra nesse drive aqui. Olha só a riqueza, o tanto de material que você tem. Aqui você realmente ensina a língua, né. Eu passei 8 anos lá disciplinando alunos: “xiiu, fica quieto menino”[risos] Aqui não precisa disso. [...] Essa qualidade de ensino toda aqui. Entendeu? Eu não tinha recurso material, recurso tecnológico com o aluno regular, não. Sabe?

De modo semelhante à Duda, Mina reconhece o CIL como um lugar de qualidade. Essa qualidade se manifesta em acessos a materiais em que as condições de trabalho se dão, a saber: acesso a materiais didáticos variados, possibilidade de uso da língua durante as aulas, aprendizagem com os pares. Entretanto, Mina dá indicação de outro fator de diferenciação entre as

instituições. A atitude apresentada por estudantes no CIL e na escola regular. Esse traço ajuda a compor o quadro de qualidade que esse lugar representa na comunidade. Os estudantes não apresentam dificuldades em relação à disciplina ou à falta de atenção. Esse aspecto compõe um quadro diferenciador de referências sobre o ensino de línguas. A diferenciação se manifesta, também, em organização institucional, condições de oferta do ensino e atitudes dos estudantes.

O caráter relacional é revelado na diferenciação entre as instituições, ou a externalidade apontada por Guizardi e Cavalcanti (2010). A diferença de condições de trabalho e de oferta da língua no ambiente mantém distanciamento daquilo que ocorre na outra política de oferta de língua praticada na escola regular. A identidade, nesse caso, se constrói em relação ao outro, ao meio e às condições de interação social, conforme já indicamos com Galindo (2004).

A percepção do Professor João é semelhante à de Mina:

Excerto 6

Professor João – A gente percebe esse valor, esse prestígio, essa questão da... principalmente naqueles professores que trabalharam um certo tempo no ensino regular, que viram uma realidade difícil, que viram que tinha pouco tempo pra trabalhar, que tinha pouco material, recursos... né, e vêm pra uma escola aqui que tem mais recursos, que te dá oportunidade de pensar, de trabalhar, né, que você tem alunos mais interessados, né, em aprender [...]

Assim como Mina, o Professor João percebe uma diferença de qualidade nas condições de ensino entre CIL e escola regular: *uma realidade difícil, que viram que tinha pouco tempo pra trabalhar, que tinha pouco material, recursos... né, e vêm pra uma escola aqui que tem mais recursos, que te dá oportunidade de pensar, de trabalhar, né, que você tem alunos mais interessados*. Ele retoma pontos indicados por Mina, tais como as condições de acesso a materiais didáticos, a atitude de estudantes (*alunos mais interessados*), a chance de trabalhar com colegas em um processo reflexivo (*que te dá oportunidade de pensar*).

Esses dados apresentam também elementos de aproximação, como as condições favoráveis, acesso a materiais e a receptividade dos estudantes em relação à aquisição de línguas: *“xixi, fica quieto menino”* [risos]. *Aqui não precisa disso*. Nesses excertos encontramos referências concretas aludidas por Pinto (2016) no processo de identificação.

O conceito de identidade pode abarcar em alguma medida o de pertencimento. Diferentemente da identidade, porém, o pertencimento não se orienta pela diferença, mas pela criação de vínculo. Vejamos.

3.3 Pertencimento

Guizardi e Cavalcanti (2010) apontam que o vínculo é uma marca do pertencimento. O pertencimento pode estabelecer relações de caráter afetivo, histórico ou de igualdade. Esse sentido é encontrado no depoimento de um ex-aluno ao afirmar que *faz parte da história do CIL*:

Excerto 7

Kaio Ribeiro³ – Olá. Meu nome é Kaio e eu tô na Universidade de Brasília pra falar o quão relevante o CIL foi e é pra mim até os dias atuais. Eu comecei a estudar inglês no CIL do Gama quando eu tinha por volta de 10 pra 11 anos [...] O CIL também foi um divisor de águas na minha vida [...] muito orgulhoso de dizer que *fiz e faço parte da história do CIL*.

Kaio, ex-aluno do CIL, apresenta seu sentimento de pertencimento explicitamente. Ele reafirma seu orgulho de fazer parte da história do CIL. Kaio aponta o vínculo afetivo ao prever que no futuro fará parte dessa história, pois é aluno do curso de Letras e pretende ser professor de língua no CIL. Segundo Guizardi e Cavalcanti (2010, p. 1255), “o sentimento de pertencer às instituições é mobilizado como desejo de participar do que nos parece ser um movimento circular, de reconhecimento identitário, que se fecha em um circuito estrito”. Encontramos esse pertencimento em Kaio.

Retomando o sentido indiciário dos dados apontado por Araújo Neto (2005), é possível observar o senso de pertencimento ao CIL no depoimento de Kaio reverberado nas declarações de Jean Roberth.

Excerto 8

Jean Roberth: [...] Eu estudei inglês e francês no CIL e sou da primeira geração de formandos dos anos [19]80. Atualmente, eu vivo no Canadá. Eu moro na região da capital nacional Otawa e trabalho na área de cooperação científica e tecnológica de um projeto do governo federal canadense. Eu uso o inglês e o francês para me comunicar da mesma forma que eu me comunico com vocês. Tudo isso foi possível *graças ao conhecimento de base da língua inglesa e francesa que o CIL me proporcionou. A oportunidade de ter estudado no CIL mudou a minha vida*. Foi como ganhar um passaporte para descobrir o mundo e também como uma chave para o meu desenvolvimento profissional e pessoal.

As declarações de Jean contêm dois elementos relevantes. O primeiro é o sentimento de gratidão ao CIL - *graças ao conhecimento [...] que o CIL me proporcionou*. Ele mantém, portanto, um vínculo de gratidão com essas escolas. Cardoso e seus colaboradores entendem que a coesão comunitária se remete a vínculos afetivos ou históricos.

Esses depoimentos, cotejados com os excertos anteriores, indicam uma coesão no discurso. Várias expressões apresentam significados recorrentes nos depoimentos: “*pra minha história de vida*” (excerto 1); “*representa muita coisa*” (excerto 1); “*divisor de águas*” (excerto 2); “*significa muita coisa*” (excerto 3); “*abriu várias portas*” (excerto 4); “*essa qualidade de ensino toda aqui*” (excerto 5); “*escola aqui que tem mais recursos*” (excerto 6); “*o quão relevante o CIL foi e é pra mim*” (excerto 7); “*a oportunidade de ter estudado no CIL mudou a minha vida*” (excerto 8). Essas expressões dão o tom da coesão comunitária a que se referem Cardoso et al. (2017, p. 89) fundamentado em Freitas (2008): “o sentimento de pertencer a um grupo e lugar mantém a coesão comunitária, de tal modo que entrelaça o lugar, a população e o pertencer.”

Os dados apresentados nesta análise apontam para uma intuição⁴ lastreada pela vivência dos participantes no ambiente de aquisição de uma segunda língua - a de que o ensino de línguas, atividade desenvolvida nos CILs, é ferramenta de ascensão social e fortalecimento pessoal em diversos âmbitos. Esse é o sentido aludido no título do trabalho - Sobre como ele (o ensino de línguas) me faz tão bem. Esse pode ser o valor implícito atribuído pelos membros na construção da representação de uma escola diferenciada, de qualidade e relevante para seu público-alvo.

O lastro histórico, a memória afetiva, a identificação e o desejo de participação observados nesta análise

indicam que os Centros Interescolares de Línguas constituem um patrimônio por pertencimento da comunidade dos CILs e da sociedade civil do DF. Esse talvez seja um dos fatores que fortaleceram essas instituições quando tiveram de enfrentar “*inúmeras iniciativas de enfraquecimento dessa rede de ensino ao longo desse período de tempo*” (DAMASCO, 2017, p. 45).

Conclusões

Os CILs representam uma força sinérgica organizada que resulta em benefícios ofertados advindos da aquisição de uma língua estrangeira (LE). Em última instância, podemos afirmar que é o bem que a língua estrangeira faz que dá força ao patrimônio percebido nos CILs. Expectativa de melhoras no mundo do trabalho, oportunidades futuras de viagens ou de experiências internacionais e a chance de fortalecimento de caráter pessoal povoam o imaginário da comunidade de CIL. Os elementos apresentados neste texto representam uma amostra relevante dessas representações.

O sentido de impacto na história de vida tem forte relação com o fato de que o produto ofertado nos CILs é capaz de auxiliar os estudantes a adquirir uma LE. Essa percepção leva à confirmação de que os CILs representam, em alguma escala, a chance de ascensão social, pois pode contribuir para o aumento das capacidades no trabalho no que diz respeito ao uso da linguagem ampliado. A LE, portanto, é o valor máximo que funciona como pivô da valorização do CIL como patrimônio. ■

Notas

¹ As Diretrizes Pedagógicas, publicadas no Diário Oficial do DF em 2019, são um documento legal que definem e organizam o funcionamento pedagógico dos Centros Interescolares de Línguas.

² Todos os nomes apresentados na análise dos dados são fictícios.

³ Tanto o depoimento de Kaio quanto o de Jean, no excerto 8, foram retirados do vídeo produzido por Ivo Marçal Vieira Júnior por ocasião da celebração de lançamento das Diretrizes Pedagógicas dos CILs, que está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vsHfM-njXOpg&feature=youtu.be>.

⁴ Intuição é proposta neste artigo no sentido rastreado por Bandeira (2003, 54). Com base em ampla resenha sobre o conceito, o autor explica que a intuição é uma faculdade de perceber independente de raciocínio ou análise, uma forma de conhecimento capaz de analisar objetos, dentre outros tipos, da realidade concreta. Ela pode ser um acúmulo de conhecimentos que podem vir à tona em um determinado momento. Sugerimos a leitura de Bandeira, pois sua leitura e discussão é mais intensa e profunda do que os extratos registrados neste artigo.

Referências bibliográficas

- ALVES, A. C. N. Identidade do Lugar e Memória: o papel do afeto na preservação e uso de espaços públicos. In: **Fórum Habitar**, Belo Horizonte/MG - de 08 a 10/11/2017. Disponível em <https://even3.blob.core.windows.net/anais/72809.pdf>.
- ARARIPE, F. M. A. *Do Patrimônio Cultural e seus Significados*. In: **Transformação**, Campinas, 16(2): 111-122, maio/ago., 2004.
- ARAÚJO NETO, A. G. **O Comunicativo no Ensino de Língua Estrangeira e o texto Especializado**. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB/PGLA, 2005. Disponível em <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5618/1/2005-Ant%-c3%b4nio%20Gon%c3%a7alves%20de%20Ara%c3%bajo%20Neto.pdf>

- BANDEIRA, G. M. **Por que Ensino Como Ensino?** Manifestação e atribuição de origem de teorias informais no ensinar de professores de LE (inglês). Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
- CARDOSO, D.; CURA, S.; VIANA, W.; QUEIROZ, L.; COSTA, M. Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. GOT, n.º 11 – **Revista de Geografia e Ordenamento do Território** (junho de 2017). Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n11/n11a05.pdf>.
- DAMASCO, D. G. B.; WELLER, W. Centros Interescolares de Línguas no Distrito Federal: Uma experiência singular no Brasil. **Revista Com Censo**, n.º 9, volume 4, número 2, maio 2017. Disponível em <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/239/143>.
- DAMASCO, D. G. B. **Contando uma história:** o ensino público de línguas estrangeiras a partir das interpretações de jovens e de docentes do Distrito Federal. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Brasília: Brasília, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. Diretrizes Pedagógicas dos Centros Interescolares de Línguas. **Secretaria de Educação:** Brasília, 2019.
- FREITAS, C. G. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade Cruzeiro do Sul – Acre.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, 2008.
- GALINDO, W. C. M. A Construção da Identidade Profissional *Docente*. In: **Psicologia Ciência e Profissão**, 2004, 24 (2), 14-23. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n2/v24n2a03.pdf>
- GUIZARDI, F. L.; CAVALCANTI, F. O. L. O conceito de cogestão em saúde: reflexões sobre a produção de democracia institucional. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 20 [4]: 1245-1265, 2010. Disponível em <https://www.scielo.org/pdf/physis/2010.v20n4/1245-1265/pt>.
- PINTO, H. **Educação Histórica e Patrimonial:** concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente. CITCEM: Porto, 2016.
- SANT'ANA, J. S. **Agora, sim, eu ensino inglês:** abordagem, materialidades e política pública como significantes no processo de identificação profissional de professores de LE (língua inglesa). (mimeo), 2020.
- _____. **Por uma Porta Entreaberta:** o desenvolvimento da competência aplicada de profissionais do ensino de línguas. Tese de Doutorado, São Carlos, SP: UFSCar, Programa de Pós-graduação em Linguística, 2017.
- _____. *O Cisne e o Patinho: esperança e retrocesso na história de um centro público de línguas.* In: **HELB**, Ano 4 – Nº 4 – 1/2010. Disponível em <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-4-no-4-12010/147-o-cisne-e-o-patinho-esperanca-e-retrocesso-na-historia-de-um-centro-publico-de-linguas>
- VIANNA, L. C. R.; TEIXEIRA, J. G. L. C. Patrimônio imaterial, performance e identidade. In: **Concinnitas** ano 9, volume 1, número 12, julho 2008.
- ZANIRATO, S. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. In: **Revista CPC**, v.13, n.25, p.7–33, jan./set. 2018. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144623/147298>.